

A indústria da cripto economia lamenta a promoção da empresa “dbl.pt”, promovida em horário nobre na televisão nacional.

Comunicado sobre o programa “Repórter TVI: Júnior, o milionário improvável”.

Para divulgação imediata.

Lisboa, 27 de Junho de 2023 — A FACE, Federação Portuguesa das Associações da Cripto Economia, lamenta a reportagem transmitida pela TVI na quarta-feira, 21 de Junho, no final do Jornal Nacional, pelo impacto negativo que tem causado na sociedade portuguesa e na indústria dos criptoativos, ao fazer passar um negócio dúbio como representativo desta comunidade empresarial.

Intitulada “Júnior, o milionário improvável”, esta peça televisiva conta a história do “português Renato Júnior, que teve a sorte e, naturalmente, a sabedoria para sobreviver às oscilações deste mercado e para hoje viver faustosamente às custas da bitcoin”, após um investimento de apenas 100 euros.

Residente no Dubai, Renato é “gestor de um negócio de milhões”, com “uma fortuna pessoal avaliada em zero”, mas cuja riqueza “da companhia está neste momento avaliada em mais de um bilião de dólares americanos”. Até aqui nada a apontar, para além do total desconhecimento da comunidade dos criptoativos, nacional e internacional, sobre este alegado empreendedor e sobre a sua empresa.

O gestor é apresentado como “CEO da dbl.pt”, ou Digital Bank Labs, designada como DBL Group Investments, LLC, mas que não encontramos registada em nenhuma jurisdição. A reportagem e o website referem que esta “companhia”, que é “algo equivalente ao banco tradicional e conseguiu atrair milhares de investidores”, é uma das maiores mineradoras de Bitcoin do mundo, e que minera cerca de 50 bitcoins por dia. Mas este número é muito improvável, como expomos nos pontos adiante.

Para além deste sinal de alerta, esta peça de quase 25 minutos - que passou em horário nobre - caracteriza ainda a DBL como uma empresa que “faz dinheiro com esta volatilidade toda” e que consegue “lucros de 17 a 18 mil euros de lucro por segundo” através de um software desenvolvido internamente com “um mecanismo de controlo muito apurado do ponto de vista tecnológico”.

Apesar de não sobressair nenhum ângulo comercial directo, as associações da FACE receberam dezenas de mensagens que indicam uma procura elevada pelos serviços da DBL por parte dos espectadores - algo também evidenciado nas redes sociais - comprovando que, direta ou indiretamente, esta peça acabou por promover um negócio que exige uma investigação profunda.

E esta investigação, se aconteceu, não passou para a reportagem, que apenas refere superficialmente os riscos deste tipo de investimentos. Aliás, até passa a ideia de que o negócio da DBL é seguro, apesar de algumas outras bolsas terem falido, como a FTX - mesmo após sucessivos avisos por parte de Fred Antunes, anteriores e durante a própria entrevista, e que algum editor decidiu ignorar. Afinal, era mais importante dar a conhecer a família, amigos e até antigos professores do CEO.

Podemos ainda adiantar que Fred Antunes, fundador de uma das associações da FACE, explicou devidamente à equipa da reportagem o potencial doloso do que estava a ser aludido e os riscos que daí advinham caso se decidisse avançar nesses moldes - algo que a edição final da peça não mostra. Tal posição mantém-se, reforçando-se aqui a demarcação de qualquer associação com as atividades da DBL, com o CEO, ou com alguma prática ilegal que tenha sido promovida na reportagem.

Neste sentido, a FACE vem apresentar aos meios de comunicação social e ao público em geral algum contexto adicional sobre as asserções feitas na reportagem, de forma a contribuir para que se efectuem as devidas diligências prévias antes de se realizar qualquer investimento, especialmente aqueles que são intermediados por organizações pouco transparentes e pouco corroboráveis.

Analisemos então os três problemas mais óbvios que surgem neste episódio do “Repórter TVI”:

1. Como referido, Renato Júnior afirma que a Digital Bank Labs minera cerca de 50 bitcoins por dia, que representa 5.5% do total de bitcoins mineradas diariamente no mundo todo.
 - a. Este valor pode parecer pequeno, mas a maior empresa pública que minera bitcoin do mundo, a Riot Platforms Inc., listada na NASDAQ, minerou em Janeiro deste ano 740 bitcoins durante todo o mês, o melhor de sempre da sua história
 - b. Isso dá uma média de 23.9 bitcoins por dia. Será que a DBL, uma ilustre desconhecida no meio, sem registo verificável, minera o dobro? Será que a DBL vale mesmo biliões?
2. O site da DBL, que tem como único domínio de topo o português (.pt), apresenta oito produtos de investimento com valores de entrada a começar nos 1.000 USD, seis deles que garantem taxas mínimas de retorno entre os 10% e os 40% ao ano. Na reportagem, o CEO afirma ainda que um investimento de “100.000 euros dá uma média de 3.300 euros por mês ao cliente”.
 - a. Ora, uma pesquisa no Google por “Digital Bank Labs” só permite encontrar ou o site da empresa, comentários à reportagem da TVI, ou uma página de avaliações do conhecido site TrustPilot, com cerca de 40 classificações que parecem forjadas.
 - b. Estas avaliações indicam que os produtos têm um “seguro de protecção do capital”, algo também referenciado no site e na entrevista, apesar de um suposto investidor na DLB que foi entrevistado pela TVI, de nome “Phil Jenkins”, relembrar os espectadores que “nada é garantido nesta vida, sobretudo no que toca a investir”. Este seguro existe?
3. Por último, importa clarificar que Renato Júnior, quando inquirido sobre o que gostava de perguntar a António Costa, deixa subentendido que as criptomoedas não são reguladas em Portugal. Isto é falso e é problemático que tenha sido comunicado sem contraditório.
 - a. Apesar de ter existido uma falta de regulação específica para a cripto economia até recentemente, a lei sempre protegeu os cidadãos do crime que cada vez menos assola esta indústria, uma consequência negativa típica de tecnologias emergentes. Aliás, a própria TVI cobriu a abertura de um inquérito do Ministério Público sobre cursos de criptomoedas promovidos por um influencer português no YouTube.
 - b. E, a nível regulatório, desde 2018 que a CMVM se debruçou sobre os “Initial Coin Offerings” prevalentes na altura, em particular sobre aqueles cujos tokens configuravam valores mobiliários e eram dirigidos ao público português. E permite o registo de fundos que invistam directamente em criptoactivos. O Banco de Portugal é também, desde 2020, responsável pelo processo de registo de entidades que desejam prestar serviços relativos a operações com criptoactivos em Portugal, tendo já dez empresas concluído o registo com sucesso. E não podemos esquecer o regulamento europeu relativo aos Mercados de Criptoativos, ou MiCA, que entra em vigor a 30 de Junho de 2023.

Concluindo, as associações da cripto economia em Portugal alertam para a promoção de quaisquer produtos financeiros com rentabilidades garantidas, em particular quando estes têm valores muito acima dos que são praticados no mercado e que aparentam serem obtidos de forma pouco clara.

Temos trabalhado afincadamente com a indústria, governo e reguladores para desenvolver regulação na área de forma a distinguir as empresas que primam pelo profissionalismo daquelas que procuram enriquecer à custa dos outros, e esperamos que as autoridades competentes investiguem este caso.

E mantemo-nos disponíveis para ajudar o público e os media a melhor compreender este espaço e a proteger os consumidores das inevitáveis burlas que qualquer nova tecnologia complexa e disruptiva acaba por atrair na sua fase inicial. Até que os burlões percebam que esta só facilita a sua captura.